

Ruta hacia la  
Cooperación Empresarial  
y Comercio Electrónico



Rota de  
Cooperação Empresarial  
e Comércio Eletrónico

PORTUGAL

# Guia de procedimientos nº 3

## IDEIAS / REQUISITOS

Tipologia de negócio:

**Comércio**

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684.182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %



Unión Europea  
FEDER  
Invertimos en su futuro



## Introdução

O Município de Faro, prosseguindo uma política de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, criou o **Serviço de Desenvolvimento Económico e Financiamento (SDEF)**, o qual constitui um agente facilitador no processo de acesso ao exercício das variadas atividades económicas. Para o efeito presta informação sobre procedimentos, sobre normas legais a observar, sobre restrições legais e servidões administrativas, sobre programas de financiamento, sobre incentivos, bem como presta apoio institucional junto de outras entidades públicas e associativas.

[faroinveste@cm-faro.pt](mailto:faroinveste@cm-faro.pt) / [www.cm-faro.pt](http://www.cm-faro.pt) / +351 289870041

Deixa-se, porém, claro que o SDEF não substitui outros organismos internos e/ou externos que se devam pronunciar sobre o exercício de atividades económicas.

## Comércio

**Nota:** Todo o tipo de comércio não abrangido pelo **regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração**, aprovado pelo DL 10/2015, 16/01, disponível em <https://dre.pt/application/file/66229902> e adiante designado por **RJACSR**, não carece de qualquer controlo prévio da administração, pelo que a instalação apenas deverá ter em consideração:

- a) A autorização de utilização para comércio do imóvel ou fração;
- b) O respeito pelas normas de segurança contra risco de incêndio;
- c) O cumprimento das prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;
- d) O respeito pelas disposições que lhes sejam aplicáveis em matéria de gestão de resíduos;
- e) O cumprimento das normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;
- f) A regulamentação específica relativa ao horário de funcionamento;
- g) O respeito pelo regulamento geral do ruído.

### 1. Conceitos

Considera-se: «**Atividade de comércio por grosso**», a atividade de venda ou revenda em quantidade a outros comerciantes, retalhistas ou grossistas, a industriais, a utilizadores institucionais e profissionais ou a intermediários de bens novos ou usados, sem transformação, tal como foram adquiridos, ou após a realização de algumas operações associadas ao comércio por grosso, como sejam a escolha, a classificação em lotes, o acondicionamento e o engarrafamento, desenvolvida dentro ou fora de estabelecimentos de comércio ou em feiras;

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

2

«**Atividade de comércio a retalho**», a atividade de revenda ao consumidor final, incluindo profissionais e institucionais, de bens novos ou usados, tal como são adquiridos, ou após a realização de algumas operações associadas ao comércio a retalho, como a escolha, a classificação e o acondicionamento, desenvolvida dentro ou fora de estabelecimentos de comércio, em feiras, mercados municipais, de modo ambulante, à distância, ao domicílio e através de máquinas automáticas;

«**Estabelecimentos de comércio por grosso e armazéns de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada**», os estabelecimentos e armazéns grossistas onde são manipulados os produtos de origem animal para os quais o anexo III do Regulamento (CE) 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, e que exijam condições de armazenagem e temperatura controlada, incluindo os estabelecimentos de comércio a retalho que forneçam géneros alimentícios de origem animal a outro estabelecimento, exceto se essas operações consistirem exclusivamente na armazenagem e transporte, ou se o fornecimento a outro estabelecimento retalhista consistir numa atividade marginal, localizada e restrita;

«**Estabelecimento de comércio**», a infraestrutura, de caráter fixo e permanente, onde são exercidas as atividades de comércio abrangidas pelo RJACSR (DL 10/2015, 16/01), incluindo a secção acessória em espaço destinado a outro fim;

«**Estabelecimentos de comércio, por grosso e a retalho, e armazéns de alimentos para animais**», os estabelecimentos onde são comercializados ou armazenados alimentos para animais, abrangidos pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelo n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento (CE) 1831/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22/09, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais, excluindo-se os estabelecimentos que desempenhem apenas funções comerciais, sem terem produtos nas suas instalações;

«**Estabelecimento de comércio misto**», o estabelecimento comercial no qual se exercem, em simultâneo, atividades de comércio alimentar e não alimentar em que cada uma delas, individualmente considerada, representa menos de 90 % do respetivo volume total de vendas;

«**Estabelecimentos sex shop**», os estabelecimentos comerciais destinados à venda e exibição de produtos de conteúdo pornográfico ou obsceno;

«**Grande superfície comercial**», o estabelecimento de comércio a retalho, alimentar ou não alimentar, que disponha de uma área de venda contínua igual ou superior a 2000 m<sup>2</sup>;

«**Grupo**», o conjunto de empresas que, embora juridicamente distintas, mantêm entre si laços de interdependência ou subordinação decorrentes, nomeadamente através:

- i) De uma participação maioritária no capital;
- ii) Da detenção de mais de metade dos votos;
- iii) Da possibilidade de designar mais de metade dos membros do órgão de administração ou de fiscalização;
- iv) Da utilização da mesma insígnia;

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

i) Do poder de gerir os respetivos negócios;

«**Produtos alimentares**» ou «**géneros alimentícios**», os alimentos para consumo humano conforme definidos pelo artigo 2.º do Regulamento (CE) 178/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28/01, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios;

«**Secções acessórias destinadas a atividades industriais**» — secções onde são exercidas atividades industriais a que correspondem as classificações de atividades económicas (CAE) elencadas na lista VI do anexo I e que constituam elemento de suporte ou complemento da atividade exercida em estabelecimentos de comércio ou de restauração ou bebidas, na condição de tais atividades não envolverem operações de gestão de resíduos sujeitas a vistoria prévia à luz da legislação aplicável ou não se encontrarem abrangidas pelos regimes de avaliação de impacto ambiental ou de prevenção e controlo integrados da poluição ou de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

«**Tipologia de estabelecimentos comerciais**», a categoria de estabelecimentos de comércio a retalho, classificados consoante o tipo de produtos vendidos, os quais são divididos em estabelecimentos de comércio a retalho alimentar, não alimentar e misto.

## II. Procedimento para acesso ao exercício

1. Está sujeito a **mera comunicação prévia** a apresentar, devidamente instruída, ao município territorialmente competente, através do «Balcão do empreendedor» em:  
<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx>, o acesso à exploração ou a alteração significativa de estabelecimentos de comércio, nos seguintes ramos de atividade:

a) Exploração, a título principal ou secundário dos seguintes estabelecimentos de comércio e de armazéns (Lista I do Anexo I do DL 10/2015, de 16/01):

46311 Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, exceto batata.

46312 Comércio por grosso de batata.

46320 Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

46331 Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

46332 Comércio por grosso de azeite, óleos e gorduras alimentares que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

46341 Comércio por grosso de bebidas alcoólicas.

46342 Comércio por grosso de bebidas não alcoólicas.

46361 Comércio por grosso de açúcar.

46362 Comércio por grosso de chocolate e de produtos de confeitaria.

46370 Comércio por grosso de café, chá, cacau e especiarias.

46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

- 46382 Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e. que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
- 46390 Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, de bebidas e tabaco.
- 47111 Comércio a retalho em supermercados e hipermercados.
- 47112 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47191 Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares.
- 47192 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47210 Comércio a retalho de frutas e produtos hortícolas, em estabelecimentos especializados.
- 47220 Comércio a retalho de carne e produtos à base de carne, em estabelecimentos especializados.
- 47230 Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados.
- 47240 Comércio a retalho de pão, de produtos de pastelaria e de confeitaria, em estabelecimentos especializados.
- 47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados.
- 47291 Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados.
- 47292 Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados.
- 47293 Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n. e.
- 52102 Armazenagem não frigorífica de produtos alimentares.

- b) A exploração de estabelecimentos de comércio a retalho que pertençam a uma empresa que utilize uma ou mais insígnias ou estejam integrados num grupo, que disponha, a nível nacional, de uma área de venda acumulada igual ou superior a 30000 m<sup>2</sup>, nos casos em que isoladamente considerados tenham uma área de venda inferior a 2000 m<sup>2</sup> e não estejam inseridos em conjuntos comerciais, e de estabelecimentos de comércio a retalho com área de venda igual ou superior a 2000 m<sup>2</sup> inseridos em conjuntos comerciais;
- c) A exploração de estabelecimentos de comércio a retalho de animais de companhia e respetivos alimentos, em estabelecimentos especializados;
- d) As meras comunicações prévias devem conter os dados e ser acompanhados dos elementos instrutórios legalmente exigidos e serem acompanhadas do pagamento das taxas devidas e fixadas pelo município;
- e) Sempre que a instalação de um estabelecimento para o exercício de uma atividade de serviços abrangida pelo RJCSR envolva a realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio municipal nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação – RJUE (aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>), a mera comunicação prévia deve ser instruída com o competente título urbanístico ou com o respetivo código de acesso;
- f) A alteração significativa das condições de exercício das atividades referidas, bem como a alteração da titularidade do estabelecimento, quando aplicável, estão sujeitas a mera comunicação prévia.



2. Está sujeito a **mera comunicação prévia** a apresentar, devidamente instruída, à DGAE através do «Balcão do empreendedor» em <https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx>, o acesso à atividade ou a alteração significativa da exploração de estabelecimentos *sex shop*;
3. Está sujeito à obtenção de **autorização** do município territorialmente competente, o acesso às seguintes atividades:
  - a) A exploração, a título principal ou secundário, dos seguintes estabelecimentos de comércio por grosso e de armazéns de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada (Lista III do Anexo I, do DL 10/2015, de 16/01):
    - 46320 Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
    - 46331 Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
    - 46332 Comércio por grosso de gorduras alimentares de origem animal que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
    - 46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
    - 46382 Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e., que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
    - 47111 Comércio a retalho em supermercados e hipermercados, quando haja fornecimento de géneros alimentícios de origem animal a outro estabelecimento, exceto se essas operações consistirem exclusivamente na armazenagem e transporte, ou se o fornecimento a outro estabelecimento retalhista consistir numa atividade marginal, localizada e restrita.
    - 47220 Comércio a retalho de carne e produtos à base de carne, em estabelecimentos especializados, quando haja fornecimento de géneros alimentícios de origem animal a outro estabelecimento, exceto se essas operações consistirem exclusivamente na armazenagem e transporte, ou se o fornecimento a outro estabelecimento retalhista consistir numa atividade marginal, localizada e restrita.
    - 47230 Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados, quando haja fornecimento de géneros alimentícios de origem animal a outro estabelecimento, exceto se essas operações consistirem exclusivamente na armazenagem e transporte, ou se o fornecimento a outro estabelecimento retalhista consistir numa atividade marginal, localizada e restrita.
    - 47291 Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados, quando haja fornecimento de géneros alimentícios de origem animal a outro estabelecimento, exceto se essas operações consistirem exclusivamente na armazenagem e transporte, ou se o fornecimento a outro estabelecimento retalhista consistir numa atividade marginal, localizada e restrita.
    - 52101 Armazenagem frigorífica de géneros alimentícios que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.
  - b) A exploração, a título principal ou secundário, dos seguintes estabelecimentos de comércio, por grosso e a retalho, e armazéns de alimentos para animais, (Lista II do Anexo I, do DL 10/2015, de 16/01):

- 46211 Comércio por grosso de alimentos para animais, abrangidos pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelo n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais.
- 47784 Comércio a retalho de alimentos para animais abrangidos pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelo n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais.
- 52101 Armazenagem frigorífica de alimentos para animais abrangidos pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelo n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais.
- 52102 Armazenagem não frigorífica de alimentos para animais abrangidos pelas alíneas a) a c) do n.º 1 e pelo n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, que estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais.

- c) Ficam sujeitos exclusivamente à obtenção de autorização os estabelecimentos identificados nas alíneas a) e b) que disponham de secções acessórias destinadas a atividades industriais, cuja potência elétrica contratada seja igual ou inferior a 99 kVA;
- d) A alteração significativa das condições de exercício das atividades suprarreferidas, bem como a alteração da titularidade do estabelecimento, quando aplicável, está sujeita a averbamento na autorização;
- e) Os pedidos de autorização devem conter os dados e ser acompanhados dos elementos instrutórios necessários à sua boa apreciação e do pagamento das taxas devidas e fixadas pelos municípios;
- f) No caso de o pedido de autorização não se encontrar instruído com todos os elementos devidos, a autoridade competente pode emitir um despacho de convite ao aperfeiçoamento, via «Balcão do empreendedor», dispondo o requerente de um prazo máximo de 20 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar;
- g) A faculdade prevista no número anterior apenas pode ser utilizada uma vez relativamente a cada requerimento;
- h) Os municípios deliberam sobre o pedido de autorização no prazo de 10 e 30 dias a contar da receção do requerimento, sem prejuízo da dilação do prazo para o aperfeiçoamento. Decorrido este prazo sem que o município emita a autorização há lugar a deferimento tácito, sem prejuízo da adaptação posterior do estabelecimento ao parecer da DGAV emitido em sede de vistoria;

4. Está sujeita a **autorização conjunta** o acesso às seguintes atividades:

- a) Instalação ou a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8000 m<sup>2</sup> (considera -se área bruta locável a área do conjunto comercial que produz rendimento, quer seja uma área arrendada ou vendida, incluindo os espaços de armazenagem e escritórios afetos a todos os estabelecimentos);

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

7

- b) A competência para as autorizações conjuntas cabe ao diretor-geral das atividades económicas, ao presidente de câmara do município onde se localiza a grande superfície comercial ou o conjunto comercial e ao presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente;
- c) A autorização referida na alínea anterior visa a avaliação dos seguintes critérios:
  - i. Integração do estabelecimento ou conjunto comercial no ambiente urbano, fortalecendo a capacidade de atração do centro urbano como destino comercial e de lazer, atratividade urbana, e contribuindo para a diminuição das deslocações pendulares;
  - ii. A contribuição para a multiplicidade de oferta comercial;
  - iii. A contribuição para a diversificação e qualificação dos serviços prestados ao consumidor;
  - iv. A contribuição para o desenvolvimento da qualidade do emprego, valorizando a responsabilidade social da empresa;
  - v. A contribuição positiva em matéria de proteção ambiental, valorizando projetos energeticamente mais eficientes e com menor impacto na envolvente;

### III. Título

O comprovativo eletrónico de entrega no «Balcão do empreendedor» das meras comunicações prévias, pedidos de autorização, bem como das demais comunicações previstas no RJCSR, acompanhado do comprovativo do pagamento das quantias devidas para os casos de permissões administrativas expressamente previstas naquele diploma, é prova única admissível do cumprimento dessas obrigações para todos os efeitos, sem prejuízo das situações de indisponibilidade da tramitação eletrónica dos procedimentos no «Balcão do empreendedor» ou de inacessibilidade deste.

As taxas devidas no âmbito das permissões administrativas previstas no RJCSR são pagas através do «Balcão do empreendedor», que emite o respetivo comprovativo e disponibiliza-o em linha, em página de acesso restrito desse balcão, constituindo prova bastante do respetivo pagamento.

### IV. Requisitos gerais para as atividades de comércio

Os operadores económicos que exerçam a atividade de comércio estão sujeitos às seguintes obrigações gerais:

- a) Controlos prévios de urbanização e edificação nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>;
- b) Ao cumprimento dos requisitos para a **ocupação da via pública** que, no caso do Município de Faro estão disponíveis em



- [http://cms.cm-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Espacos\\_Publicos/Regulamento\\_OEPPP\\_2012.pdf](http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf), sujeita a procedimento no balcão do empreendedor em <https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/Services/balcaodoempreendedor/Licenca.aspx?CodLicenca=2155>, devendo para o efeito seleccionar a área de jurisdição da câmara de Faro;
- c) Cumprimento do regime jurídico da **publicidade** que, no caso do Município de Faro, está disponível em [http://cms.cm-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Espacos\\_Publicos/Regulamento\\_OEPPP\\_2012.pdf](http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf) e sujeito a procedimento no **balcão do empreendedor**, devendo para o efeito seleccionar a área de jurisdição da câmara de Faro;
- d) Ao respeito pelas disposições que lhes sejam aplicáveis em matéria de gestão de resíduos, nos termos do DL 178/2006, de 05/09, alterado pelo DL 173/2008, de 26/08, pela Lei 64 - A/2008, de 31/12, pelos DL 183/2009, de 10/08, 73/2011, 17/06, e 127/2013, de 30/08;
- e) Ao respeito pelas prescrições mínimas de **segurança e saúde nos locais de trabalho**, que constam da Portaria 987/93, de 06/10, disponível em <https://dre.pt/application/file/644977>;
- f) Ao cumprimento do regime jurídico da **segurança contra incêndios em edifícios** (DL 220/2008, de 12/11 e da Portaria 1532/2008, de 29/12, disponíveis em <https://dre.pt/application/file/439913> e em <https://dre.pt/application/file/444327>);
- g) Ao cumprimento do regulamento geral do **ruído** (DL 9/2007, de 17/01, alterado pelo DL 278/2007, de 01/08, disponíveis em <https://dre.pt/application/file/522742> e em <https://dre.pt/application/file/636296>);
- h) Ao cumprimento do **sistema de certificação energética dos edifícios** (DL 118/2013, de 20/08, disponível em <https://dre.pt/application/file/499375>);
- i) Ao cumprimento da **acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público** (DL 163/2006, de 08/08, disponível em <https://dre.pt/application/file/538559>);
- j) Ao cumprimento do **horário de funcionamento**, nos termos do regulamento municipal disponível em: [http://cms.cm-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Horarios%20de%20funcionamento/Regulamento\\_Horarios\\_Funcionamento\\_2012.pdf](http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Horarios%20de%20funcionamento/Regulamento_Horarios_Funcionamento_2012.pdf), sem prejuízo do disposto no DL 48/96, de 15/05, alterado pelos DL 126/96, de 10/08, 111/2010, de 15/10 e 48/2011, de 01/04;
- k) Só podem ser colocados no mercado produtos e serviços seguros, nos termos do DL 69/2005, de 17/03, na redação atribuída pelos Decretos Regulamentares 57/2007, de 27/04, e 38/2012, de 10/04, relativo à segurança dos produtos colocados no mercado;
- l) Os operadores económicos que vendam ou disponibilizem, com objetivos comerciais, bebidas alcoólicas devem respeitar as proibições e obrigações previstas no DL 50/2013, de 16/04, devendo a publicidade às bebidas alcoólicas respeitar as restrições previstas no

regime jurídico da publicidade. Os operadores económicos devem respeitar as proibições e obrigações previstas na Lei 37/2007, de 14/08, que estabelece normas tendentes à prevenção do tabagismo. A publicidade e o comércio de novas substâncias psicoativas devem respeitar o disposto no DL 54/2013, de 17/04;

- m) No âmbito das atividades de comércio, os operadores económicos devem observar os direitos dos consumidores consagrados na Constituição e na lei;
- n) Nos estabelecimentos de comércio, deve ser disponibilizado o livro de reclamações, de acordo com o disposto no DL 156/2005, de 15/09, alterado pelos DL 371/2007, de 6/11, 118/2009, de 19/05, 317/2009, de 30/10, e 242/2012, de 7/11;
- o) A afixação dos preços de venda ao consumidor deve obedecer ao disposto no DL 138/90, de 26/04, alterado pelo DL 162/99, de 13/05;
- p) As empresas que detenham mais de cinco estabelecimentos de comércio misto, que funcionem sob uma insígnia comum, com área superior a 300 m<sup>2</sup> cada um, devem em pelo menos um dos seus estabelecimentos localizado em cada concelho, assegurar os seguintes serviços:
  - i. Acompanhamento personalizado para as pessoas com deficiências e incapacidades visuais, no acesso aos produtos que se encontrem expostos, o qual pode ser complementado por um sistema de informação adequado a pessoas com deficiências e incapacidades visuais;
  - ii. Impressão em braille, no ato da compra e numa etiqueta por produto, da informação tida como necessária, nomeadamente a relativa a denominação e características principais e data de validade;
- q) As empresas previstas na alínea anterior, podem concertar -se entre si e com as associações que promovem e defendem os direitos das pessoas com deficiências e incapacidades visuais de forma a assegurar a distribuição geográfica mais adequada.

#### *V. Requisitos especiais para a exploração de estabelecimentos de comércio e armazéns de produtos alimentares*

Os estabelecimentos de comércio e os armazéns de produtos alimentares devem cumprir os requisitos constantes dos seguintes diplomas:

- a) Regulamento (CE) 178/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28/01;
- b) Regulamento (CE) 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04;
- c) Regulamento (CE) 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04;
- d) DL 111/2006, de 9/06;
- e) DL 113/2006, de 12/06, alterado pelo DL 223/2008, de 18/11;

- f) DL 147/2006, de 31/07, alterado pelo DL 207/2008, de 23/10, na distribuição e venda de carnes e seus produtos;
- g) DL 286/86, de 6/09, alterado pelo DL 370/99, de 18/09, no comércio de pão e outros produtos similares;
- h) DL 306/2007, de 27/08, alterado pelo DL 92/2010, de 26/07, na água destinada ao consumo humano;
- i) O empresário deve comunicar ao município, que dá conhecimento à Direção Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV, qualquer alteração significativa das atividades exercidas nos seus estabelecimentos de comércio por grosso e armazéns de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada, após o que deve a DGAV realizar vistoria ao local;
- j) O encerramento de estabelecimento de comércio ou de armazém de produtos alimentares e de comércio ou de armazém alimentos para animais deve ser comunicado ao município, com encaminhamento automático para a DGAE através do «Balcão do empreendedor», no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência do facto;
- k) Na exploração de estabelecimentos de comércio, por grosso e a retalho, e armazéns de alimentos para animais os empresários devem cumprir os requisitos constantes do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12/01, que estabelece requisitos de higiene nos alimentos para animais;
- l) Os estabelecimentos *sex shop* não podem:
  - i. Exibir nas montras ou em locais visíveis da via pública produtos de conteúdo pornográfico, obsceno ou ofensivo da moral pública;
  - ii. Utilizar insígnias, expressões ou figuras de conteúdo pornográfico, obsceno ou ofensivo da moral pública;
  - iii. Ser instalados a menos de 300 metros de estabelecimentos de educação pré-escolar ou de ensino básico ou secundário, públicos ou privados, assim como de espaços de jogo e recreio de uso coletivo destinados a crianças, e de locais onde se pratique o culto de qualquer religião;
- m) A venda de produtos de conteúdo pornográfico ou obsceno é proibida:
  - i. A e por menores de 18 anos;
  - ii. Fora dos estabelecimentos *sex shop*.

## VI. Apoios financeiros

### a) Apoio à criação de emprego - o IEFP

O IEFP tem uma série de programas de apoio à criação de emprego e programas de estágio, que podem ser interessantes para o caso de uma atividade turística em

<http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/Empresas.aspx>

www.rutacece.com

#### **b) Financiamento a empresas - o IAPMEI**

Financiamentos para a criação e revitalização de empresas (genericamente reembolsáveis) podem ser obtidos junto do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-01.php?temaid=31>

#### **c) Apoio à inovação, competitividade e internacionalização – CRESC Algarve 2020**

O Programa Operacional do Algarve no quadro comunitário de apoio 2014-2020, disponibiliza financiamento para a qualificação, inovação, competitividade e internacionalização das empresas, cujos avisos de abertura de candidaturas estão disponíveis em <http://algarve2020.eu/info/avisos>

#### **d) Microcrédito**

A Câmara Municipal de Faro estabeleceu protocolo de colaboração com 2 agências de Microcrédito, no sentido de promover o empreendedorismo local, as quais oferecem as seguintes condições (sem prejuízo da necessidade de obter informação junto da respetiva agência):

- i. Novo Banco – montante:  $\geq 250,00\text{€}$  e  $\leq 12.500,00\text{€}$ ; prazo:  $\geq 3$  meses e  $\leq 48$  meses; período carência:  $\leq 6$  meses; reembolso: prestações mensais;
- ii. Millennium BCP – montante:  $\geq 1.000,00\text{€}$  e  $\leq 25.000,00\text{€}$ ; prazo:  $\leq 48$  e 60 meses (para montantes  $\leq 7.000,00\text{€}$  e  $> 7.000,00\text{€}$ , respetivamente); reembolso: prestações mensais.

### *VII. Outras informações úteis*

- Para criar ou alterar a sua empresa aceda a

<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/Templates/GeralEO.aspx?NRNODEGUID=%7B0AB79FDE-92FE-4BEF-84CE-962D954F4D59%7D>

- Para dar início de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira veja as orientações em

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/BFE821C5-4A5A-4BDB-B6DF-99064DAD889B/0/MANUALDEINICIOvers%C3%A3oPortaldasFinan%C3%A7as2011.pdf> e registe-se em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>

- Para elaborar o seu plano de negócios poderá recorrer às orientações do IAPMEI em <http://www.iapmei.pt/resources/download/GuiaPraticodoCapitaldeRisco2604.pdf>

- Para aceder ao modelo EXCEL de plano de negócios do IAPMEI, siga o link:

[http://www.google.pt/url?url=http://www.iapmei.pt/resources/download/Finicia\\_pn\\_v12\\_062012.xls&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=mvRmVZytHcLkgwS074HYBQ&ved=0CBMQFjAA&usg=AFQjCjCNFPNCw66wU9IcQgKs6NIKwqQLcpcw](http://www.google.pt/url?url=http://www.iapmei.pt/resources/download/Finicia_pn_v12_062012.xls&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=mvRmVZytHcLkgwS074HYBQ&ved=0CBMQFjAA&usg=AFQjCjCNFPNCw66wU9IcQgKs6NIKwqQLcpcw)